



**CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Folha: \_\_\_\_\_

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 8 DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
PENAMACOR NO DIA 21 DE ABRIL DE 2017.**

Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Inventário e Avaliação do Património; -----

2. Relatório de Gestão e Contas de Gerência de 2016; -----

3. Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Meimão; -----

4. Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Salvador; -----

5. Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Aldeia do Bispo;

6. Apresentação e Aprovação do Mapa de Transportes Escolares para o ano letivo 2017/2018; -----

7. Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Penamacor; -----

8. Pedido de Autorização Prévia – Procedimento para formação de contrato de aquisição de serviços para “Outsourcing de Cópia e Impressão”;  
-----

9. Aprovação de Minuta de Protocolo entre a COBI, a FAC e a Câmara Municipal de Penamacor; -----

10. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

A senhora vereadora Ilídia Alves Cruchinho Lélé não compareceu à reunião por se encontrar em gozo de férias, considerando-se a falta justificada. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram quinze horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Folha: \_\_\_\_\_

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 7 de abril do ano de dois mil e dezassete, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

**O Sr. Vereador Pedro Folgado** reportou-se a um pedido de informação que efetuou em reunião anterior, solicitando novamente o ponto de situação das dívidas de consumo de água e saneamento, dos períodos médios de dívida e as medidas adotadas para atenuar o montante das dívidas. -----

No respeitante à Estratégia 25, mostrou a sua apreensão pelo facto da mesma ter sido anunciada no início do mandato e ainda não houve qualquer desenvolvimento da mesma. Questionou a previsão para a sua apresentação, se houve algum tipo de adequação ao cronograma da mesma face ao atraso e se a mesma continua pendente da libertação de capitais do Portugal 2020. -----

**O Sr. Presidente António Soares** reportando-se à questão das dívidas de consumo de água e saneamento, informou que foi solicitado um parecer à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, a partir do qual se irá resolver a situação. -----

Quanto à Estratégia 25, disse já não estar dependente do Portugal 2020, estando apenas a empresa a ultimar a sua apresentação. -----

Informou da submissão de duas candidaturas para a eficiência energética em termos de iluminação nas Piscinas Municipais Cobertas e no sistema de



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Folha: \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

iluminação

pública.

-----  
Deu conhecimento da participação do município de Penamacor na Feira Ibérica de Turismo na Guarda, de 28 de abril a 1 de maio e da realização do tradicional Bodo em Aranhas no dia 29 de abril. -----

Por último, referiu que foi submetida uma candidatura na Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares para a abertura no próximo ano letivo de uma escola internacional de primeiro ciclo no edifício do antigo externato Nossa Senhora do Incenso. -----

**O Sr. Vereador Pedro Folgado** saudou e congratulou-se com o projeto da escola internacional, referindo, no entanto, que foram necessários três anos para ser encontrada uma funcionalidade para o edifício, recordando e mantendo a posição da coligação de que a aquisição do imóvel foi precipitada e demasiado dispendiosa. -----

**O Sr. Presidente António Soares** respondeu ao senhor vereador Pedro Folgado que o plano de pagamento do externato foi faseado, só terminando em 2016, data em que o imóvel passou para a autarquia. -----

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

#### 1 – INVENTÁRIO E AVALIAÇÃO DO PATRIMÓNIO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea l) do artº. 33º da lei 75/2013, de 12 de setembro, elaborar e aprovar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, para posterior



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

submissão à apreciação e votação da Assembleia Municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea l) do nº2 do art. 25º do mesmo diploma. -----

Para o efeito, serão disponibilizados os Mapas de Património onde consta todo o imobilizado da Câmara, distribuídos por Mapa Síntese por Grupo Homogéneo, Mapa de Bens Abatidos ao Inventário, Mapa de Viaturas, Mapa de Bens Incorpóreos, Mapa de Bens Imóveis, Mapa de Bens Adquiridos em Estado de Uso e Mapa Bens Partes de Capital. -----

Os mesmos serão entregues a todos os membros da Assembleia Municipal em formato digital, podendo qualquer dos membros consultar ficha mais detalhada, se assim o entender, no Gabinete de Aprovisionamento e Património, mediante prévia requisição para o efeito. -----

Assim, propõe-se que: -----

1 – Seja aprovado o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município de Penamacor, e respetiva avaliação por referência ao ano de 2016, ao abrigo da competência prevista na alínea i) do artº. 33º da lei 75/2013, de 12 de setembro, para que seja remetido à Assembleia Municipal para apreciação. -----

2 – Seja a presente deliberação aprovada em minuta para que desde logo se torne eficaz, nos termos dos nº 3 e 4 do artº 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, de modo a que possa ser o assunto remetido para apreciação na próxima sessão de Assembleia Municipal, em cumprimento do nº 2 do artº 27º do mesmo diploma”. -----

A proposta foi aprovada por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores Vítor Gabriel e Pedro folgado. -----

## **2 – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE GERÊNCIA DE 2016. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No cumprimento da alínea j) do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, submete-se à aprovação da Câmara Municipal os documentos de Prestação de



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Contas de 2016, para que possam ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da citada Lei. -----

Seja a presente deliberação aprovada em minuta para que desde logo se torne eficaz, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, de modo a que possa ser o assunto remetido para apreciação na próxima sessão de Assembleia Municipal, em cumprimento do n.º 2 do artigo 27º do mesmo diploma”. -----

O Senhor Presidente deu conhecimento que a execução global fixou-se em 95% para a receita e em 77% para a despesa. As receitas correntes arrecadadas em 2016 aproximaram-se de nove milhões de euros, correspondendo a uma execução de 97%; As receitas de capital aproximaram-se de um milhão de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 73%; A execução orçamental das despesas correntes situou-se acima dos seis milhões de euros, tendo registado uma execução de 82%; A execução das despesas de capital, situou-se próxima dos três milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 69%; A totalidade das despesas correntes foi paga com as receitas correntes arrecadadas em 2016, sendo que ainda restou um saldo de 2.641.933,38 euros. -----

Salientou a preocupação do executivo no cumprimento da Lei em não ultrapassar os limites de endividamento, conseguindo chegar ao final do exercício com uma margem superior a um milhão e meio de euros. -----

O Senhor Vereador Vítor Gabriel salientou e saudou o esforço verificado ao longo do mandato na redução da dívida, no sentido de defender os interesses do município. No entanto, apesar de se observar uma evolução positiva na componente financeira, disse que os vereadores da coligação continuam a ter dúvidas, perguntando qual a estratégia da maioria do executivo relativamente ao concelho de Penamacor nas suas mais diversas matérias. Sublinhou um elemento importante que pode contribuir para infletir aquela que tem sido a tendência de despovoamento, de perda de uma certa dinâmica económica que ajudaria à fixação de pessoas e contribuiria por essa via para a inflexão deste



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

ciclo de despovoamento e empobrecimento. Perguntou ao senhor presidente o que propõe para temas como o investimento e o empreendedorismo, o que é que ao longo deste mandato se fez no sentido de aprofundar, para valorizar essas duas importantes matérias. -----

Demonstrou a sua preocupação na participação do município nas empresas Malcatur e GDTP, recordando o pedido de clarificação por parte do município. – O senhor presidente disse ser pretensão do município que haja reflexão dos investimentos nas demonstrações financeiras, que se traduzam posteriormente em participações e quota de capital social. -----

Os documentos de Prestação de Contas de 2016, foram aprovadas por maioria, com dois votos a favor, duas abstenções dos senhores vereadores Vítor Gabriel e Pedro Folgado, que apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

“Relativamente ao relatório de gestão e contas de gerência de 2016, os Vereadores da Coligação Juntos por Penamacor entendem que deverá ter continuidade o esforço de redução da dívida autarquia. Apesar de no atual mandato se ter verificado um movimento de redução da mesma, o nível de endividamento global continua a espelhar uma situação financeira extremamente desafiante, que condiciona o futuro dos penamacorenses.

-----Não se conhecendo a estratégia de desenvolvimento preconizada pela maioria Socialista para o nosso concelho, entendem os vereadores da Coligação que as grandes prioridades, designadamente as decorrentes da diminuição e do envelhecimento da população e consequente desertificação, foram substituídas por outras iniciativas menos prioritárias no seu ponto de vista. -----Tendo em conta os motivos aludidos, os vereadores da Coligação Juntos por Penamacor manifestaram a sua posição de abstenção”.

-----O Relatório e Contas de Gerência de 2016 ficam arquivados em anexo à presente ata e dela fazem parte integrante. Os documentos de prestação de contas encontram-se integralmente elaborados,



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

foram presentes à reunião e encontram-se devidamente arquivados nos Serviços de Contabilidade e Finanças e estão disponíveis para consulta, quando tal for solicitado. -----

### **3 – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE MEIMÃO. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Tendo presente o artigo 13º da Lei 32/2012, de 14 de agosto, no qual é referida a competência da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, proponho à Câmara Municipal que aprove proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Meimão. Junta-se documento que faz parte da proposta”.

-----  
A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **4 – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE SALVADOR. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Tendo presente o artigo 13º da Lei 32/2012, de 14 de agosto, no qual é referida a competência da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, proponho à Câmara Municipal que aprove proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Salvador. Junta-se documento que faz parte da proposta”.

-----  
A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Folha: \_\_\_\_\_

### **5 – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE ALDEIA DO BISPO. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Tendo presente o artigo 13º da Lei 32/2012, de 14 de agosto, no qual é referida a competência da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, proponho à Câmara Municipal que aprove proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Aldeia do Bispo (União de Freguesias de Aldeia do Bispo, Águas e Aldeia de João Pires). Junta-se documento que faz parte da proposta”.

-----  
A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **6 – APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO MAPA DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2017/2018. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Nos termos do artigo 10º, nº 1 alínea a), do Decreto-Lei nº 299/84, de 11 de setembro, conjugado com a alínea gg), do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é competência da Câmara Municipal deliberar sobre a aprovação do plano de transportes escolares do município. -----

Funciona como órgão de consulta nesta matéria o CME – Conselho Municipal de Educação, conforme resulta do nº 1 do artigo 25º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, o qual reuniu no dia 15 de abril para se pronunciar sobre o plano de transportes escolares, e de cuja reunião foi lavrada a minuta de parecer que se anexa à presente proposta. -----





Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

A partir das conclusões e do parecer do CME é agora apresentado o plano de transportes escolares para o ano letivo de 2017-2018. -----

Assim, propõe-se: -----

Que seja aprovado o plano de transportes escolares para o ano letivo de 2017-2018 de acordo com a planta em anexo e com as previsões disponíveis quanto ao número de alunos, nos termos do nº 1, alínea a) do artigo 10º do DL 299/84, de 11-9, no qual estão contemplados os circuitos que deverão ser assegurados por carreiras de transporte público e os que deverão ser assegurados por viaturas municipais ou outras”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

## **7 – PROJETO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE PENAMACOR.**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Veio a Lei nº 8/2009, de 18 de fevereiro, com as alterações da Lei nº 6/2012, de 10 de fevereiro, criar o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude, que assumem a natureza de órgãos consultivos em matérias relacionadas com a política de juventude. No âmbito das suas competências consultivas, os conselhos municipais de juventude emitem pareceres obrigatórios ou facultativos, ou meras recomendações, dependendo das matérias em apreço e tal como determinam os artigos 7º e 8º do Decreto-Lei 8/2009, de 18.2, na sua atual redação. -----

Os fins a prosseguir pelos conselhos municipais de juventude encontram-se elencados no artigo 3º do diploma atrás referido, estando a respetiva composição prevista no artigo 4º. -----



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Folha:

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

É da responsabilidade da câmara municipal disponibilizar as instalações necessárias e assegurar as condições para a prestação de apoio logístico e administrativo ao funcionamento do conselho municipal de juventude. -----

Nos termos do artigo 25º da Lei nº 8/2009, de 18 de fevereiro, alterada pela Lei nº 6/2012, de 10 de fevereiro, é à Assembleia Municipal que cabe aprovar o regulamento do Conselho Municipal de Juventude, do qual constam as normas de funcionamento interno do órgão, designadamente no que respeita à respetiva composição e competências. -----

Por seu lado, é à Câmara Municipal que compete, ao abrigo da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta. -----

Nestes termos, proponho que seja deliberado apresentar à Assembleia Municipal o Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Penamacor, documento que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante, para efeitos da instituição desse órgão consultivo do Município”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **8 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA – PROCEDIMENTO PARA FORMAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA “OUTSOURCING DE CÓPIA E IMPRESSÃO”. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Face à intenção de se promover a abertura de procedimento para formação de contrato de aquisição de serviços para “Outsourcing de Cópia e Impressão”, pelo valor estimado de em € 74.899,80 (setenta e quatro mil oitocentos e noventa e nove euros e oitenta cêntimos) pretende-se atribuir ao contrato um prazo de vigência de 60 meses. -----

Fundamenta-se um prazo de vigência superior ao limite de três anos fixado no artigo 48º e no artigo 440.º, por remissão do artigo 451.º, todos do Código dos

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Folha: \_\_\_\_\_

**CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Contratos Públicos, no benefício económico que o Município de Penamacor terá com um período superior aos 36 meses, uma vez que o prazo de vida útil dos equipamentos objeto do contrato está fixado em 5 anos, nos termos de Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, de 14/9, pelo que nesse período ficam amortizados, consubstanciando esse fato um benefício no sentido de que as rendas a pagar pelo Município de Penamacor no prazo de 60 meses serão inferiores às que seriam para um prazo de 36 meses, em que a amortização dos equipamentos a fornecer seria diluída. -----

Atento o que dispõe o nº 1 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, designadamente: -----

a) Que a despesa com a celebração do contrato dará origem a encargos orçamentais em mais do que um ano económico; -----

b) Que a despesa não resulta de plano ou programa plurianual legalmente aprovado; -----

c) Que, embora a despesa não exceda em cada ano o limite de € 99,759,98, o prazo de vigência do contrato será superior a três anos, -----

Propõe-se que, ao abrigo da competência do artigo ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12.09, seja deliberado propor à Assembleia Municipal, por força do que resulta do nº 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, que conceda a autorização prévia referida no nº 1 da mesma disposição, para efeitos da abertura do procedimento para formação de contrato de aquisição de serviços para “Outsourcing de Cópia e Impressão”.  
-----

Para efeitos do nº 2 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, serão os seguintes os limites máximos dos encargos em cada ano económico de vigência do contrato: -----

<b>Ano</b>	<b>Valor s/IVA</b>	<b>Valor c/IVA</b>
2017	€ 8.738,31	€ 10.748,12
2018	€ 14.979,96	€ 18.425,35
2019	€ 14.979,96	€ 18.425,35
2020	€ 14.979,96	€ 18.425,35
2021	€ 14.979,96	€ 18.425,35
2022	€ 6.241,65	€ 7.677,23

Ref.ª \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Folha: \_\_\_\_\_

**CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Total	€ 74.899,80	€ 92.126,75
-------	-------------	-------------

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

**9 – APROVAÇÃO DE MINUTA DE PROTOCOLO ENTRE A COBI, A FAC E A CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“É atribuição dos municípios zelar pelos interesses das respetivas populações, dispondo de atribuições no domínio da saúde, nos termos da alínea g) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Neste contexto, assume-se como de todo o interesse para o Município de Penamacor a celebração com a COBI – Clínica Oftalmológica da Beira Interior e a FAC - Fundação Álvaro de Campos de um Protocolo na especialidade de Oftalmologia. -----

Propõe-se à Câmara Municipal que, no uso da competência para apoiar atividades de interesse para o Município, que lhe está atribuída pela alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorize o Município a celebrar com a COBI – Clínica Oftalmológica da Beira Interior e a FAC - Fundação Álvaro de Campos o Protocolo na especialidade de oftalmologia cujo modelo se anexa e faz parte integrante da presente proposta para todos os efeitos”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

**10 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----**



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 2.917.907,67 euro e uma despesa também acumulada de 2.375.365,64 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata.

-----

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----**

Dada a palavra ao público presente na reunião, ninguém quis fazer uso da mesma. -----

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dezasseis horas e quinze minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, \_\_\_\_\_, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
Teresa Bento Ribeiro

\_\_\_\_\_  
António Luís Beites Soares